

Tribunais devem responder sobre política contra assédio moral e discriminação

[\(Agência CNJ de Notícias | 11/01/2021\)](#)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do gabinete da conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, encaminha nesta semana ofício aos tribunais brasileiros solicitando informações relativas ao cumprimento da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Discriminação no Poder Judiciário. Instituída pelo CNJ no final do ano passado, a [Resolução nº 351/2020](#) determinou, entre outras medidas, que cada tribunal crie uma comissão de prevenção e enfrentamento a essa violência, com participação de magistrados, servidores e colaboradores.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)